

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

TERMO DE CONVÊNIO Nº 028/2021

TERMO DE CONVÊNIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM AÇÕES DE APOIO NA IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE SETOR DESTINADO AO TRATAMENTO DE PACIENTES COM COVID-19 "COVIDÁRIO", QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SUZANO E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL Nº 4.224, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2008, CONFORME PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PROTOCOLADO SOB O Nº 03.106/2021, DE 09/03/2021, INDEPENDENTEMENTE DA OBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, COM LASTRO NA LEGISLAÇÃO PRÓPRIA. SMS

Pelo presente instrumento o Município de Suzano, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.523.056/0001-21, com sede na Rua Baruel, nº 501, nesta cidade e Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde, **PEDRO CHARLES SHIRAKAWA ISHI**, doravante simplesmente denominado **MUNICÍPIO**, e a **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO**, pessoa jurídica de direito privado, natureza filantrópica, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.261.998/0001-19, com sede na Avenida Antônio Marques Figueira, nº 1.861, Vila Figueira, neste Município, com seus estatutos sociais devidamente arquivados sob nº 46.052, 28/12/2006, no cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Interventor, **ROSVALDO CID CURY**, brasileiro, viúvo, médico, portador do RG. n.5.268.491/SSP/SP, CPF nº. 386.862.108-30, residente e domiciliado na Rua Portugal Freixo, nº 222, nesta cidade e Comarca de Suzano, Estado de São Paulo, doravante simplesmente designada **CONVENIADA**, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 218 e seguintes; as Leis nº 8.080/90 e 8.142/90, a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e, principalmente a Lei Municipal nº 4.224/08, têm entre si, justo e acordado, o presente Convênio de assistência integral à saúde, na forma e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objeto a execução, pela **CONVENIADA**, ações de apoio na implantação e gerenciamento de setor destinado ao tratamento de pacientes com COVID-19 "COVIDÁRIO", situado a Rua Professor Roberto David, 499, Vila Figueira – Suzano, com o objetivo de atender aos pacientes que estejam infectados com Coronavírus (COVID19) e que necessitem de assistência integral em período contínuo nas 24 horas do dia com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)m serviços a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, pacientes recepcionados pelo Pronto Socorro Municipal de Suzano - **Sistema Único de Saúde – SUS**, sem prejuízo da observância do sistema regulador de urgências/emergências quando for o caso.

1.1.1. Os serviços ora conveniados encontram-se discriminados nos **ANEXO 1 e 2** colacionado ao presente, que integra o presente convênio, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

- 1.1.2. Os serviços ora conveniados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Saúde do **MUNICÍPIO** e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA INTERNAÇÃO

2.1. Para atender ao objeto deste convênio, a **CONVENIADA** se obriga a realizar o atendimento a pacientes que acessarem o serviço do Pronto Socorro Municipal com suspeita e/ou confirmados com COVID 19 e quando necessário realizar a internação de emergência ou de urgência, sem prejuízo de solicitação de vagas no sistema regulador (CROSS – Central de Regulação de Ofertas de serviços de saúde) de urgências/emergências quando for o caso.

2.2. A internação de emergência ou de urgência será efetuada pela **CONVENIADA** com a autorização do Secretário Municipal de Saúde, ou a quem este delegar, sem a exigência prévia de apresentação de qualquer documento.

2.3. Nas situações de urgência ou de emergência o médico da **CONVENIADA** procederá ao exame do paciente e avaliará a necessidade de internação, emitindo relatório médico que instruirá o prontuário do paciente, e se for o caso remeter ao órgão competente do SUS para autorização de emissão de AIH (Autorização de Internação Hospitalar), no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.4. Na ocorrência de dúvida, ouvir-se-á a **CONVENIADA** no prazo de 2 (dois) dias úteis, emitindo-se parecer conclusivo em 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPÉCIES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA

3.1. Para o cumprimento do objeto deste convênio, a **CONVENIADA** se obriga a oferecer ao paciente os recursos necessários ao seu atendimento, conforme discriminação abaixo:

3.1.1. Assistência médico-ambulatorial.

- 3.1.1.1. atendimento médico, por especialidade, com realização de todos os procedimentos específicos necessários para cada área, incluindo os de rotina, urgência ou emergência, compreendendo os enumerados no **ANEXO 1**, mencionado na Cláusula Primeira;
- 3.1.1.2. assistência social;
- 3.1.1.3. atendimento de fisioterapia;
- 3.1.1.4. assistência farmacêutica, psicológica, de enfermagem, de nutrição, e outras, quando indicadas.

3.1.2. Assistência técnico-profissional e hospitalar:

- 3.1.2.1. todos os recursos disponíveis, na instituição conveniada, de diagnóstico e tratamento necessários ao atendimento dos usuários do SUS;
- 3.1.2.2. encargos profissionais (incluindo plantonistas) e nosocomiais necessários;
- 3.1.2.3. utilização de sala de cirurgia e de material e serviços do centro cirúrgico e instalações correlatas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

- 3.1.2.4. medicamentos receitados e outros materiais utilizados, sangue e hemoderivados;
- 3.1.2.5. serviços de enfermagem;
- 3.1.2.6. serviços gerais;
- 3.1.2.7. fornecimento de roupa hospitalar;
- 3.1.2.8. alimentação com observância das dietas prescritas; e
- 3.1.2.9. procedimentos especiais, que se fizerem necessários ao adequado atendimento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando sua complexidade.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

4.1. Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da **CONVENIADA** e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3, do item 4.2, desta cláusula, são admitidos nas dependências da **CONVENIADA** para prestar serviços.

4.2. Para os efeitos deste convênio, consideram-se profissionais do próprio estabelecimento **CONVENIADO**:

- 4.2.1. o membro de seu corpo clínico;
- 4.2.2. o profissional que tenha vínculo de emprego com a **CONVENIADA**.
- 4.2.3. o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços à **CONVENIADA** ou, se por esta autorizado.

4.3. Equipara-se ao profissional autônomo definido no item 4.2.3, acima, a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.

4.4. No tocante à internação e ao acompanhamento do paciente, serão cumpridas as seguintes normas:

- 4.4.1. os pacientes serão internados em enfermaria ou quarto com leitos previsto nas normas técnicas para hospitais;
- 4.4.2. é vedada a cobrança por serviços médicos, hospitalares e outros complementares da assistência devida ao paciente;
- 4.4.3. a **CONVENIADA** responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste convênio; e
- 4.4.4. nas internações de crianças, adolescentes e pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, será avaliado pelo médico se é viável a presença de acompanhante, em tempo integral, no hospital, podendo a **CONVENIADA** acrescentar à conta hospitalar as diárias do acompanhante, correspondentes ao alojamento e alimentação.

4.5. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo **MUNICÍPIO** sobre a execução do objeto deste convênio, os **CONVENIENTES** reconhecem a prerrogativa de controle e auditoria nos termos da legislação vigente, pelos órgãos gestores do SUS, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida à **CONVENIADA**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

4.6. É de responsabilidade exclusiva e integral da **CONVENIADA** a utilização de pessoal para execução do objeto deste convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o **MUNICÍPIO** ou para o **Ministério da Saúde**.

4.7. A **CONVENIADA** se obriga a informar, diariamente, ao **MUNICÍPIO**, o número de vagas de internação disponíveis, a fim de manter atualizado o sistema de regulação do SUS, bem como informar o censo diário ao plantão administrativo do Pronto Socorro de Suzano.

4.8. A **CONVENIADA** fica obrigada a internar paciente, no limite dos leitos **conveniados**, ainda que, por falta ocasional de leito vago em enfermaria, tenha a entidade **CONVENIADA** de acomodar o paciente em instalação de nível superior à ajustada neste convênio, sem direito a cobrança de sobre preço.

CLÁUSULA QUINTA: OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

5.1. A **CONVENIADA** ainda se obriga a:

- 5.1.1. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- 5.1.2. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 5.1.3. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 5.1.4. Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 5.1.5. Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste convênio;
- 5.1.6. Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 5.1.7. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- 5.1.8. Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;
- 5.1.9. Instalar, no prazo previsto para cada caso, qualquer outra comissão que venha a ser criada por lei ou norma infra legal, independentemente de notificação pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.1.10. Notificar o **MUNICÍPIO**, de eventual alteração de seus **Estatutos** ou de sua Diretoria, enviando-lhe, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos; e
- 5.1.11. A **CONVENIADA** fica obrigada a fornecer, ao paciente, relatório do atendimento prestado, com os seguintes dados:
 - 5.1.11.1. Nome do paciente;
 - 5.1.11.2. Nome do equipamento de saúde;
 - 5.1.11.3. Localidade (Estado/Município);
 - 5.1.11.4. Motivo da internação;
 - 5.1.11.5. Data da internação;
 - 5.1.11.6. Data da alta;
 - 5.1.11.7. Diagnóstico pelo Código Internacional de Doenças (CID) na versão vigente à época da alta.
 - 5.1.11.8. O cabeçalho do documento conterá o seguinte esclarecimento: ***“Esta conta será paga pelo SUS, com recursos públicos provenientes de seus impostos***

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título”.

5.1.12. A conveniada fica obrigada a cumprir o disposto no plano operativo, discriminado no Anexo I, que integra o presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONVENIADA

6.1. A **CONVENIADA** é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à **CONVENIADA** o direito de regresso.

6.2. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste convênio pelos órgãos competentes: federal, estado e município não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONVENIADA** nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislação existente.

6.3. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR ATRIBUÍDO AO TERMO CONVENIAL

7.1. A **CONVENIADA** receberá mensalmente os recursos para cobertura dos serviços, observando-se as metas quantitativas e qualitativas descritas no plano operativo anexo. Os recursos, provenientes do Fundo Nacional de Saúde, Tesouro Municipal, serão repassados mensalmente, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

7.2. Para todos os efeitos legais, dá-se o valor total estimativo de **R\$ 1.769.160,00 (um milhão setecentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta reais)** ao presente instrumento, conforme quadro abaixo

	ABRIL/2021	MAIO/2021	TOTAL GERAL
	R\$	R\$	R\$
Município	876.000,00	876.000,00	1.752.000,00
Instituição	8.580,00	8.580,00	17.160,00
TOTAL	R\$ 884.580,00	R\$ 884.580,00	1.769.160,00

7.3. Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo entre a conveniente e a conveniada, mediante a celebração de Termo Aditivo, sendo que no caso de necessidade de recursos adicionais, os mesmos serão provenientes da área denominada Teto da Média e Alta Complexidade do Município, que engloba, também, os recursos provenientes do Fundo Nacional de Saúde.

7.4. A **CONVENIADA** obriga-se a apresentar as informações regulares do SIA e do SIH / SUS, ou outros sistemas porventura implantados pelo Ministério da Saúde, solicitados pelo **MUNICÍPIO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

7.5. O **MUNICÍPIO** poderá aumentar o teto financeiro deste CONVÊNIO na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS e/ou habilitar novo serviço com o respectivo aporte de recursos.

CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas dos serviços realizados por força deste Convênio correrão, no presente exercício, à conta das dotações: **ficha 318 – Fonte 08 - 10.122.1000.2001.3.3.90.39.00 – ficha 350 – Fonte 01 – 10.302.1000.2003.3.3.90.39.00 e ficha 330 – Fonte 95 - 10.301.1000.2002.3.3.90.39.00**; sendo durante 02 meses, o valor mensal de **R\$ 876.000,00 (oitocentos e setenta e seis mil reais)**, referem-se aos recursos do tesouro, fontes 01, 08 e 95 transferências e convênios federais (exercícios anteriores).

8.2. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos nos orçamentos da Prefeitura Municipal de Suzano ou outra fonte que venha para contemplar esse instrumento (estadual ou federal).

CLÁUSULA NONA: DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O preço estipulado neste convênio será pago mensalmente através de depósito dos recursos na conta bancária indicada pela **CONVENIADA**.

- 9.1.1. A **CONVENIADA** apresentará ao **MUNICÍPIO**, no mês subsequente ao recebimento do recurso, as faturas e os documentos referentes aos serviços conveniados efetivamente prestados e as diferenças, se houver, serão acertadas no pagamento seguinte.
- 9.1.2. Os laudos referentes à internação serão obrigatoriamente visados pelos órgãos competentes;
- 9.1.3. Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue, à **CONVENIADA**, recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do **MUNICÍPIO**, com aposição do respectivo carimbo funcional;
- 9.1.4. As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, serão devolvidas à **CONVENIADA** para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original, devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;
- 9.1.6. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do **MUNICÍPIO**, este garantirá à **CONVENIADA** o pagamento, no prazo avençado neste Convênio, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte;
- 9.1.7. As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

10.1. A execução do presente convênio será avaliada pelos órgãos competentes, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste convênio, a verificação do movimento das internações e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

10.2. Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

10.3. O **MUNICÍPIO** vistoriará as instalações da **CONVENIADA** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, comprovadas, por ocasião da assinatura deste convênio.

10.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da **CONVENIADA** poderá ensejar a não prorrogação deste convênio ou a revisão das condições ora estipuladas.

10.5. A fiscalização exercida pelo **MUNICÍPIO** sobre os serviços ora conveniados não eximirá a **CONVENIADA** da sua plena responsabilidade perante a **PREFEITURA** ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do convênio.

10.6. A **CONVENIADA** facilitará, ao **MUNICÍPIO**, o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do **MUNICÍPIO** designados para tal fim.

10.7. Em qualquer hipótese é assegurado à **CONVENIADA** amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos e o direito à interposição de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A inobservância, pela **CONVENIADA**, de cláusula ou obrigação constante deste convênio, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Secretaria Municipal de Saúde, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86,87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto no parágrafo 2º do artigo 7º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.286/93, ou seja:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

11.1.4. Multa a ser cobrada segundo os termos da Resolução SS nº 46 de 10 de abril de 2002 ou seu sucedâneo.

11.2. A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu e dela será notificado a **CONVENIADA**.

11.3. As sanções previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a fixada no item 12.1.4.

11.4. Da aplicação das penalidades a **CONVENIADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da publicação, para interpor recurso dirigido diretamente ao Prefeito Municipal.

11.5. O valor da multa que vier a ser aplicada, será comunicado à **CONVENIADA** e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO** à **CONVENIADA**, garantindo a esta o pleno direito de defesa em processo regular.

11.6. A imposição de qualquer das sanções estipuladas, nesta cláusula, não ilidirá o direito do **MUNICÍPIO** exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, e/ou ética do autor do fato.

11.7. A violação ao disposto nos incisos 4.4.2 e 4.4.3, da Cláusula Quarta deste convênio, sujeitará a **CONVENIADA** às sanções previstas neste artigo, ficando o **MUNICÍPIO** autorizado a reter, do montante devido à **CONVENIADA**, o valor indevidamente cobrado, para fins de ressarcimento do usuário do Sistema Único de Saúde, por via administrativa, sem prejuízo do disposto no item 12.5 desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

12.1. A RESCISÃO obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. A **CONVENIADA** reconhece os direitos do **MUNICÍPIO**, em caso de rescisão administrativa prevista no parágrafo primeiro do artigo 79 da Lei Federal nº 8666/93, alterada pela Lei Federal nº 8883/94.

12.3. Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se, neste prazo, a **CONVENIADA** negligenciar a prestação dos serviços ora conveniados a multa poderá ser duplicada.

12.4. Poderá, a **CONVENIADA**, rescindir o presente Convênio no caso de descumprimento, pelo **MUNICÍPIO**, de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias dos pagamentos devidos pelo município. Caberá à **CONVENIADA** notificar o **MUNICÍPIO**, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando do fim da prestação dos serviços conveniados no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

12.5. Em caso de rescisão do presente convênio por parte do **MUNICÍPIO** não caberá à **CONVENIADA** direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS PROCESSUAIS

13.1. Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste convênio, ou de sua rescisão, praticados pelo **MUNICÍPIO**, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

13.2. Da decisão do Senhor Prefeito que rescindir o presente convênio cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

14.1. O prazo total de vigência do presente convênio será de **60 (sessenta) dias**, prorrogado se necessário, tendo por termo inicial a data de sua assinatura.

14.2. A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do convênio, estipulado no item 14.1, acima, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

15.1. As metas quantitativas que nortearam o Convênio constam no ANEXO 3/6 as metas qualitativas são as seguintes:

- 15.1.1 – Todas ações e serviços disponíveis aos pacientes SUS que estiverem internados no Covidário / Pronto Socorro Municipal;
- 15.1.2 – Estrutura tecnológica disponível e capacidade instalada;
- 15.1.3 – Prática de atenção humanizada aos usuários;
- 15.1.4 – trabalho de equipe multidisciplinar conforme descrito no Anexo 2/6;
- 15.1.5 – elaboração de painel de indicadores de acompanhamento e performance.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

16.1. Qualquer alteração do presente Convênio será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitação e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO

17.1. O setor competente do **MUNICÍPIO** providenciará a publicação do extrato do presente instrumento, dentro do prazo legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

Estado de São Paulo

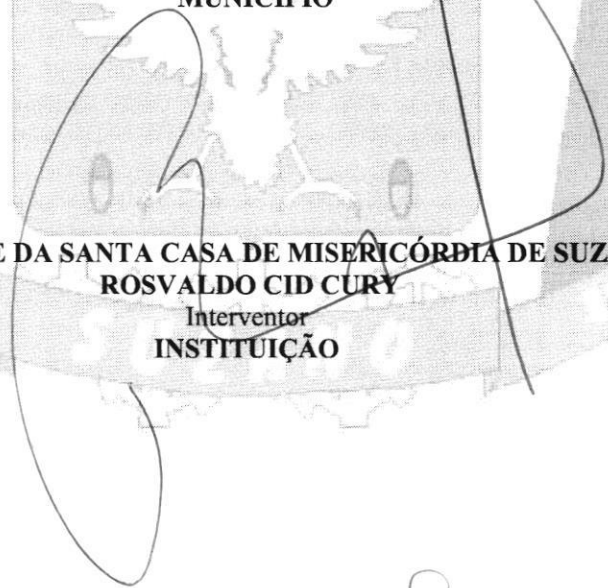
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de **SUZANO**, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio e que não seja solucionada pelas partes de forma amigável e na esfera administrativa, ainda que outro concorra em competência, por mais privilegiado que seja.


E por estarem de acordo com as **CLÁUSULAS** e condições ajustadas, firmam o presente termo de Convênio em quatro (4) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


Suzano, 18 de março de 2021.


MUNICÍPIO DE SUZANO
PEDRO CHARLES SHIRAKAWA ISHI
Secretário Municipal de Saúde
MUNICÍPIO


IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SUZANO
ROSVALDO CID CURY
Interventor
INSTITUIÇÃO

Testemunhas:

1. 
Gisele Campos de Oliveira
RG: 27.784.450-2-SSP/SP

2. 
Thábata de Oliveira Haseyama
RG: 40.909.081-5-SSP/SP